

TOMADA DE POSIÇÃO - ORÇAMENTO DE ESTADO 2013

Os Presidentes da Associação de Municípios da Região de Setúbal (AMRS), da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central (CIMAC), da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral (CIMAL) e da Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo (CIMBAL), sobre a proposta de Orçamento de Estado para 2013, consideram que:

- Confirma e acentua medidas anteriores que se têm caracterizado por penalizar as autarquias locais e diminuir a sua capacidade de intervenção e autonomia, não obstante as mesmas terem reduzido o seu endividamento e terem apresentado nos últimos anos um *superavit*;
- O princípio constitucional da proporcionalidade na participação das autarquias locais nas receitas do Estado continua a não se verificar, propondo a manutenção de transferências em valores idênticos aos de 2012, essas transferências são alvo de um conjunto de medidas, designadamente, de retenção que, na prática, significam uma nova diminuição das disponibilidades financeiras dos Municípios;
- Mantém a imposição da redução do número de trabalhadores das autarquias, a redução dos custos salariais e a proibição ou limitação de novas contratações, continuando a promover acrescidas dificuldades à gestão e à prestação do serviço público às populações;
- É caracterizado por um significativo aumento da carga fiscal sobre os cidadãos consubstanciado na previsão de um crescimento de cerca de 29% no IRS (se atendermos ainda na LCPA, na subtração do IMI e outros impostos que vão para os cofres do Estado), pela inexistência de medidas que promovam o crescimento e a dinamização da economia nacional e pela continuação da tendência do aumento de falências e do desemprego, com os correspondentes reflexos negativos nas economias locais e com impactos sociais negativos crescentes;

- É, em matéria de Poder Local, mais uma peça de uma ofensiva contra a autonomia, a capacidade criadora e o serviço público autárquico, onde se inserem o incumprimento da Lei das Finanças Locais, a Lei dos Compromissos, a Lei do Sector Empresarial Local, a Lei dos Dirigentes ou a Proposta de Lei das Atribuições e Competências das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais.

Perante esta situação, a posição dos eleitos locais não pode ser de indiferença, mas sim de repúdio pelo seu conteúdo, altamente lesivo para as populações e para o País.

Assim, mostramos a nossa discordância face a esta proposta de Orçamento de Estado para 2013 e defendemos que é necessário pôr fim a esta ofensiva contra o Poder Local Democrático.

7 de novembro de 2012

ARMS – Associação de Municípios da Região de Setúbal
CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central
CIMAL – Comunidade Intermunicipal Alentejo Litoral
CIMBAL – Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo